



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
83ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 A Octogésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
2 Galpão Crioulo do Palácio Piratini, Porto Alegre-RS, no dia nove de dezembro do ano e dois
3 mil e quinze, às quatorze horas. Compareceram os **Conselheiros:** Maria Patrícia Möllmann -
4 SEMA – Presidência; Pedro Dall Acqua - SOP – vice-presidência; Margarete Vasata Macchi
5 Silva - Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Regional - representante; Julce Clara
6 Silva - Secretária da Saúde – representante; Diogo Nunes – Secretária do Desenvolvimento
7 Econômico Ciência e Tecnologia – representante; Rodrigo Ramos Rizzo - Secretária da
8 Agricultura e Pecuária – Representante; Fabrício Dutra – Secretária de Minas e Energia –
9 Representante; Comitê Passo Fundo: Cladir Luiz Alves; Comitê Tramandaí: Dilton de Castro;
10 Comitê Taquari-Antas: Júlio Salecker; Comitê Baixo Jacuí: Mário Damé; Comitê Santa Maria:
11 Eldo Costa; Comitê Lagoa Mirim: André Luiz Vieira C. Oliveira. **Ausentes:** Secretária dos
12 Transportes e Mobilidade; Casa Civil; Sistema Nacional de Meio Ambiente; Sistema Nacional
13 de Recursos Hídricos. **Demais presentes:** Leonila Ramos, Comitê Mampituba; Paulo
14 Germano, Comitê Lago Guaíba; Diego Carrillo – FEPAM; Deyse Ribeiro – SEMA; Alexandre
15 Swarowsky – Comitê Vacacaí Vacacaí-Mirim; Claudnei Baldissera – Comitê Sinos; Adolfo a.
16 Klein – Comitê Sinos; Valéria Borges Vaz – Comitê Pardo; Viviane Nabinger – Comitê Sinos;
17 Ivan Carlos Viana – Comitê Várzea; Arno Kayser – Comitê Sinos; Carlos B. Mendes –
18 IPH/UFRGS; Carlos Alvin Heine – CORSAN/Comitê Caí; William Pufi – PM Esteio; Sérgio
19 Cardoso – Comitê Gravataí; Ricardo S. Rodrigues – Promotoria Regional; Marco Muller –
20 Defesa Civil de Portão; Alberto W. Becker – SSP/BM/CABM; Ernani Rossi – CBH Ibicuí. A
21 presidente Secretária Maria Patrícia Möllmann saúda a todos e dá início à reunião. **Item 1.**
22 **Ata da 82ª Reunião Ordinária** com a correção do nome do projeto Taramandahy. **Itens**
23 **2. 3. 4. e 5. - Aprovação dos Processos Eleitorais das Entidades e**
24 **Diretorias dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios – Quaraí;**
25 **Gravataí; Taquari-Antas e Sinos -** Aprovado as homologações por unanimidade.
26 **Item 6. Proposta de cronograma de Reuniões do CRH para 2016 –**
27 **Aprovado por unanimidade: 09 de março; 11 de maio; 13 de julho; 14 de setembro e 09 de**
28 **novembro. Item 7. Resolução que substitui a Resolução CRH Nº 168 - Safra 2015-**
29 **2016 Ad Referendum e apresentação do SIOUT.** Diretor Fernando Meirelles faz a
30 apresentação básica do sistema, salientando que o mesmo é totalmente autoexplicativo. Fala
31 sobre o ICA, que quem o tem não precisaria pedir o SIOUT para essa safra, já que o ICA vai
32 cair apenas quando terminar a safra de verão. Esclarece sobre casos especiais, como a Bacia
33 do rio Santa Maria, não foi mexido nessa determinação, sempre foi dito que a decisão seria
34 do comitê. Explica que a lógica do SIOUT quando estiver funcionando é que todos os
35 problemas que existia vão desaparecer, visto que vai começar a se ter uma base dos
36 usuários da água por sub-bacia, por trecho, cada um com a sua barragem; tendo condições,
37 pela primeira vez, de se fazer a gestão das bacias. Afirma que será feita uma capacitação,
38 mas que não é necessário, pelo fato do sistema ser autoexplicativo. A presidente Maria
39 Patrícia coloca em votação o texto da Resolução Ad Referendum – nº 180/2015, a qual foi
40 aprovada por unanimidade. **Item 8. Deliberação CBHSINOS062/2015 do Comitê**
41 **Sinos – Da validação da delimitação geográfica da planície de inundação do Rio**
42 **dos Sinos.** - Foi dispensada a leitura de todos os considerandos, sendo feita apenas a
43 leitura da deliberação. A presidente Maria Patrícia entende que a identificação dessa planície
44 de inundação e dos riscos é com base na vulnerabilidade com risco para a população, e não
45 às questões de qualidade e quantidade da água, afetando mais aos planos diretores dos
46 municípios ou até os planos das regiões metropolitanas. Entende-se, então, que não seria
47 competência do Conselho de Recursos Hídricos emitir um parecer quanto a aprovar ou não



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
83ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

48 este estudo, que diz respeito a um zoneamento proposto aos riscos de danos à vida
49 humana, a não ser que seja usado no âmbito do comitê, a ser utilizado em alguma ação de
50 implementação do plano de bacia. Espaço para manifestações. Sr. Júlio Salecker
51 questionando se seria mesmo competência do CRH emitir uma resolução definindo uma área
52 que, diz no seu entender, não saber as implicações que traz para a população e para o
53 núcleo urbano presente na região. O diretor do DRH, Fernando Meirelles, diz que a lei não
54 especifica de quem é a competência para caracterizar uma área. Diz que o Comitê Sinos
55 pode oferecer para o Estado este estudo que está sendo desenvolvido na região, que pode
56 ser trabalhado na Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres, a qual tem um período
57 de 10 meses para ser finalizado. Diz que esse tipo de informação tem que ser discutido no
58 ambiente adequado para o mesmo, que seria na Política Estadual de Gestão de Riscos e
59 Desastres. O presidente do Comitê Sinos, Adolfo Antônio Klein, fala sobre o plano de bacia
60 do comitê, assim como, traz relatos da enchente de 2013, dizendo que o comitê entrevistou na
61 época para mensurar os danos causados e afirmando que é papel do comitê, sim, informar
62 até onde a enchente pode chegar. Como isso vai ser tratado pelo poder público, diz que o
63 que vai ser planejado em cima da informação que o Comitê vai passar, será um passo
64 adiante, mas o que eles têm que fazer como comitê é informar à população a área que vai
65 ser inundada, para que não sejam permitidas construções em áreas que não são propícias.
66 Afirma que, o que se planeja depois de transmitida essa informação, não é de competência
67 do Comitê. Sr. William Pufi, representante da Prefeitura de Esteio e do Pró-Sinos, coloca que
68 essa discussão seja levada adiante e se torne conjunta com os estudos em elaboração da
69 Metroplan na questão da prevenção de riscos contra enchentes. O posicionamento tomado
70 por parte deles, então, é que se repensasse essa discussão, visto que se tem um estudo
71 semelhante em andamento pelo governo do Estado, via Metroplan, e que só após essa
72 deliberação junto com a Metroplan, Comitê, FEPAM e DRH, se verifique qual o melhor
73 elemento para se consolidar essa mancha de inundação, sendo interesse de todos os
74 municípios. O presidente do Comitê Gravataí, Sérgio Cardoso, aborda sobre a baixa inserção
75 das prefeituras dentro dos Comitês de Bacia Hidrográfica, caracterizando isto como um
76 problema no Comitê Gravataí. Diz que eles têm a oportunidade de começar a fazer a
77 discussão e reger de maneira legal esse debate. Diz que esse conselho tem que tomar
78 posição, sem colocar a responsabilidade nos outros, parabenizando o Comitê Sinos pelo
79 posicionamento. Diz que quando o estudo do Gravataí estiver pronto, eles vão fazer uma
80 resolução e trazer para o CRH, o local para se discutir essas questões. Diego Carrillo,
81 FEPAM: Refere-se a Lei Nº 10.350/1994 mencionada pelo Diretor do DRH, da qual cita o
82 artigo 3º, apontando que é muito importante ter essa informação que o Comitê Sinos se
83 propôs a trazer, para que se possa tomar a decisão do ponto de vista da preservação
84 ambiental. Da importância do CRH apresentar uma postura nesse sentido. Viviane Nabinger,
85 Comitê Sinos, relata que, desde que foi lançado esse estudo pela Metroplan, o Comitê vem
86 sistematicamente e institucionalmente buscando uma parceria com essa instituição,
87 informando que o comitê foi solicitado formalmente por este para que o estudo fosse cedido
88 para antecipação de algumas etapas ou para evitar duplicidade de informação. Não fizeram
89 isso até agora por uma única razão: não têm um instrumento institucional que permita eles
90 fazerem essa transferência, tendo que ser oferecido para a Metroplan de forma institucional,
91 em que foi proposto um termo de cooperação. Carlos André, professor do IPH, contratado
92 pelo Comitê Sinos, apresenta sobre o trabalho realizado no Comitê Sinos acerca desse
93 estudo sobre a planície de inundação, dizendo que faz parte de um projeto de há quase 5
94 anos, em que a preocupação era a efetividade do plano diretor do Comitê. Ainda explica a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
83ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

95 motivação do estudo, a qual foi a enchente ocorrida em 2013 em São Leopoldo, que deixou
96 100 mil pessoas desabrigadas, paralisando a BR 101. Diz, então, que tem mais de dois anos
97 de estudo. Finalizando, fala que foi feito uma reunião junto com o representante do
98 ministério das cidades, um promotor, uma procuradora federal, a presidência do Comitê
99 Sinos e com FEPAM dentro da Metroplan, em que questionaram, ofereceram apoio e
100 colocaram um termo de cooperação técnico e até aquele momento estavam aguardando.
101 Fala que, em paralelo, isso foi para a procuradoria geral da Caixa Econômica Federal, em
102 Brasília, e voltou sob o testemunho do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e
103 do Ministério Público Federal. Ricardo Schinestsck Rodrigues, Promotor Público do Estado da
104 Comarca Regional da Bacia do Rio dos Sinos, esclarece que participam desde o início dentro
105 do Comitê e também na Metroplan em relação à elaboração dos estudos contratados. Com
106 uma visão sistemática, o que se está discutindo agora é zoneamento da planície de
107 inundação. Não se pode discutir, no momento, a ocupação; é sobre zoneamento. Fala que o
108 Comitê Sinos deliberou algo que estava em seu alcance legal, que é o zoneamento da
109 planície de inundação. Eles têm um estudo contratado que objetiva a gestão de inundação
110 na Metroplan, tendo, então, que incluir essa discussão no processo de gestão. E gestão, sim,
111 é o fórum onde tem que se colocar todas essas discussões; uma coisa não exclui a outra, é
112 isso que temos que ter presente, colocou o promotor. Dilton Castro, do Comitê Tramandaí,
113 concorda com a posição do Comitê Sinos. Eldo Costa, Comitê Santa Maria, comentando
114 sobre a competência do Conselho de Recursos Hídricos, bem como dos comitês de bacia,
115 afirma que o comitê acha que o estudo deve ser encaminhado e votado no CRH. Margareth
116 Vassata parabeniza o Comitê Sinos e questiona o que exatamente seria votado. Coloca que o
117 Conselho vota acerca do enquadramento do curso d'água; os planos de bacia são
118 apresentados no Conselho, mas não se constituem enquanto resolução. Ao seu entender
119 este trabalho é, sim, uma continuidade do plano de bacia, e que poderia ser abrangido por
120 uma moção ou algo do gênero. A presidente Maria Patrícia explica que a sua fala no início
121 não foi como demérito ao comitê ou ao estudo. A questão era que como veio para a
122 aprovação de um zoneamento, que a resolução cria um zoneamento onde classifica em
123 áreas de risco, não haveria competências no CRH, não que não haja participação do mesmo,
124 mas que não têm a competência para aprovar o estudo com algum tipo de consequência.
125 Reforça que a grande angústia é que toda a vez que se aprova um zoneamento, teriam que
126 ser dadas as consequências do que se fazer depois de aprovado esse zoneamento. Por isso,
127 dentro das instituições do Estado se fala no plano diretor, que poderia dar alguma
128 abrangência a algum estudo, ou nos planos das regiões metropolitanas e há um estudo na
129 Metroplan. Uma sugestão de encaminhamento seria que esse estudo fosse encaminhado
130 para prestação na Metroplan, junto com outro estudo. Que o CRH o encaminhe, se o Comitê
131 Sinos concordar; mas não aprovar por resolução com o zoneamento, que não se entre no
132 mérito do que deve ser feito como consequência do mesmo, que não é competência junto
133 com o CRH. Fernando Meirelles complementa, falando que o caminho é ir para o DRH, já
134 que tem que haver aprovação do CRH. Fala, também, que parece que houve um erro
135 conceitual por parte do técnico Carlos André entre risco e vulnerabilidade. Carlos André pede
136 a palavra, mas a presidente Maria Patrícia diz que vai colocar por ordem primeiro a
137 competência e depois a questão do mérito. Carlos André insiste em ter a palavra, alegando
138 que foi citado e, assim, teria direito de se pronunciar a respeito. A presidente decide colocar
139 em votação primeiro se o CRH entende que deva analisar o mérito do estudo e aprovar este
140 zoneamento como Resolução deste conselho. Na sequência, se entender por não acabar em
141 resolução, que sugestão poderiam fazer de encaminhamento para este estudo do Comitê.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
83ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

142 Ou encaminhar para outros fóruns. Se decidir que este conselho tenha que analisar, se
143 discute o mérito do estudo, se ele é bom ou ruim, qual o grau de vulnerabilidade, etc. A
144 presidente pergunta se há alguma proposta diferente, ou se pode encaminhar assim. Sem
145 nenhuma abstenção, coloca em votação quem é favorável não emitir resolução, que o
146 conselho não entre no mérito deste zoneamento, entendendo que o CRH não tem
147 competência para tal. Apresentaram-se 6 votos favoráveis. Após, a presidente coloca em
148 votação quem entende que o CRH deva entrar no mérito deste estudo, sendo 7 votos
149 favoráveis. Passada a palavra para o professor Carlos André, para a apresentação.
150 Recorrendo o Diretor Fernando Meirelles, que o erro conceitual ao qual se referiu, então, é
151 da Agência Nacional de Águas, por que esses critérios são definidos por um serviço de
152 eventos hidrológicos extremos. Coloca que o que está se discutindo vai um pouco além do
153 Comitê Sinos. Ainda diz que concorda que não haja necessidade de uma resolução a nível
154 estadual para uma decisão do Comitê Sinos. A presidente fala que, com relação ao mérito, a
155 SEMA vai pedir vistas do estudo, então, até para depois poder fazer moção, para o DRH
156 poder analisar. Carlos André complementa que nesse momento está havendo um projeto
157 público, de combate a inundação, envolvendo o Comitê Cai, o Comitê Sinos, o Comitê
158 Gravataí e municípios da região metropolitana. Diz que foi oferecido o apoio, através de um
159 termo de cooperação, e até agora sem resposta da Metroplan. Enquanto não se resolver
160 essa instância, sugere-se que o produto não deva se tornar público, enquanto propriedade
161 do Comitê Sinos, através do Verde Sinos. A presidente alega que não é possível haver sigilo
162 quanto ao estudo, uma vez que o Comitê está pedindo aprovação do mesmo, que não teria
163 como prosseguir sem que o Comitê disponibilizasse publicamente, pedindo a manifestação
164 da diretoria do Comitê. A Secretária Executiva do Comitê Sinos, Viviane, se manifesta,
165 alegando que há um custo financeiro em cima do trabalho de consultorias para auxiliar no
166 trabalho do Comitê, então seria um termo de cooperação e sigilo a esse fator. A presidente
167 lembra que isso irá se tornar parte de um processo administrativo do Estado, público; que
168 ela não tem como tornar isso sigiloso, existindo lei de acesso à informação, a qual não pode
169 ser ignorada. Se for com outra condição, será retirado esse assunto da pauta do CRH,
170 afirma. Após discussão fica combinado que o estudo será entregue ao CRH. Adolfo Klein,
171 presidente do Comitê Sinos se manifesta, dizendo que hoje estão fazendo o plano diretor do
172 Comitê funcionar através de recursos externos adquiridos por força do Comitê. Por outro
173 lado, o governo federal está patrocinando um órgão gaúcho, a Metroplan, a qual quer esse
174 estudo para incluí-lo no seu trabalho. Diz que é um conflito de interesses brutal. Fala que,
175 como presidente do Comitê, não gostaria de tomar essa decisão sozinho, de liberar ou não
176 esse estudo de maneira gratuita. Fala que, diante da má vontade da Metroplan em fechar o
177 acordo proposto, ele é favorável a que se disponibilize o estudo publicamente.
178 Potencialmente o que o Comitê irá fazer, é decidir na plenária deles se eles abrirão o estudo,
179 realmente, e, uma vez decidido isso na plenária, ele se tornará público. A presidente Maria
180 Patrícia, diz que só tem como dar segmento a esse zoneamento no CRH se o estudo se
181 tornar público, então nem que isso tenha que aguardar mais um tempo. A SEMA pede
182 vistas, sendo relatado o que aconteceu na reunião de março de 2016. **Item 9: Proposta de**
183 **Alteração da Lei Nº 10.350/94 - Solicitação da Câmara Técnica de**
184 **Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos.** O diretor Fernando
185 Meirelles informa que estão sendo reativadas algumas câmaras técnicas, então foi
186 convocada essa Câmara do Plano Estadual de Recursos Hídricos, na qual uma das
187 deliberações foi propor a alteração da Lei 10.350, exclusivamente do que se refere à
188 aprovação do plano estadual, que foi uma parte do Projeto de Lei 109, no qual foi pedida a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
83ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

189 retirada de que o plano estadual fosse aprovado por lei estadual, por que dentro do
190 entendimento da câmara, o plano estadual tem que ser aprovado dentro do CRH. Essa seria
191 a instância de aprovação do plano estadual. Então a Câmara Técnica deliberou para
192 apresentar na presente reunião do CRH, com a proposição de alteração, através de moção,
193 da lei 10.350 exclusivamente no artigo 20, que diz respeito à aprovação do plano estadual. A
194 segunda proposição, ainda acrescenta, é de aumentar o número de comitês dentro dessa
195 câmara técnica, com mais três comitês e perguntar, também, se a Secretaria da agricultura
196 vai permanecer na composição. A secretária Maria Patrícia fala que seria feita uma moção de
197 apoio, e ela traria a minuta na próxima reunião para análise. Estruturar uma moção de apoio
198 para que a decisão da Câmara Técnica se tornasse um texto, com relação a apoiar a
199 sugestão de alteração legislativa para que o Conselho de Recursos Hídricos tenha a palavra
200 final no Plano. Consultados os presentes aprovada a alteração da composição da CT PERH
201 com a inclusão Secretaria de Obras; Secretaria de Minas e Energia; Comitê Várzea; Comitê
202 Litoral Médio; Comitê Baixo Jacuí e Comitê Passo Fundo, fechando 14 membros. **Item 10.**
203 **Apresentação do Plano de Bacia do Rio Quaraí.** Diretor Fernando Meirelles esclarece
204 que o plano foi feito pelo próprio comitê, sem consultoria. Fala a cronologia da criação do
205 comitê, bem como do plano de bacia. Em seguida, expõe a elaboração das fases e segue
206 com a apresentação do plano como um todo, relatando os custos do mesmo. A presidente
207 Maria Patrícia agradece a apresentação do Diretor, abrindo para manifestações. Diego
208 Carrillo, FEPAM – Lembra que há alguns anos viu a apresentação do Plano do Quaraí, onde
209 foi informado que o plano não seria publicizado porque estaria sendo pago pelos membros
210 do comitê. Acrescenta que é atribuição da FEPAM acompanhar os planos conformes as
211 resoluções do CNRH e isso não ocorreu. Salaria que é de máxima importância que este
212 estudo para por avaliação dos técnicos da FEPAM, DRH para que definitivamente tenha
213 aquele formato de plano de recursos hídricos, que seja norteador das políticas de recursos
214 hídricos. No ponto de vista técnico não há reconhecimento da FEPAM. O Diretor Fernando
215 informa que encaminhará para abertura de processo e análise técnica dos setores. **Item**
216 **11. Resolução CRH Nº 28/2006.** Proposta da Secretaria do Meio Ambiente encaminhada
217 para o fórum dos comitês, para se rever a questão do processo eleitoral, em função de
218 algumas regras que não estavam muito claras; a ideia era aprimorar. O Fórum Gaúcho de
219 Comitês retornou com relação a essa proposta. As maiores divergências entre a proposta
220 inicial e a proposta recebida pelo fórum é a questão do titular e suplente da entidade dentro
221 dos comitês serem da mesma entidade, essa seria a proposta da secretaria: cada entidade
222 com um titular e um suplente; a questão de uma mesma entidade ocupar mais de uma vaga
223 dentro da mesma categoria; a questão da retirada da segunda chamada, se não preencher a
224 vaga do suplente, pela proposta do fórum. A Presidente Maria Patrícia sugere colocar esses
225 textos de forma mais organizada, a fim de debater na próxima reunião, em março de 2016,
226 destacando bem os pontos de divergência. **Assuntos gerais:** Júlio Salecker fala sobre a
227 **CTPA**, mencionando sobre a peça orçamentária Resolução CRH Nº 150/2014, que tinha
228 previsto 41 milhões e 500mil reais, dos quais 20 milhões e 800 mil estavam destinados a
229 saneamento, em que destes foram empenhados 2 milhões e 820 mil. Dos 4 milhões e meio
230 destinados a SDR, nada foi empenhado. Da SEMA, que tinha destinado 17 milhões e 700 mil
231 reais da peça orçamentária, conseguiu empenhar 3 milhões e 386 mil. No total dos 41
232 milhões e 500 mil, só 15% da peça orçamentária foi executada. Outro ponto tratado na
233 CTPA foi o contingenciamento dos recursos do FRH, ainda sem retorno junto ao CRH das
234 consultas à PGE e SEFAZ. Finaliza que houve eleição da nova coordenação da CTPA, ficando
235 como Presidente da Câmara Técnica o Tiago Correia, do Comitê Tramandaí, e como Vice-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
83ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

236 Presidente ficou o Claudir Alves, do Comitê Passo Fundo. Aberto a discussões: Diretor
237 Fernando Meirelles sugere que as secretarias publiquem a razão dos recursos
238 disponibilizados não terem sido utilizados. A Secretaria de Obras se manifesta, através do Sr.
239 Pedro Dall Acqua dizendo que não foi possível utilizar os recursos em virtude do
240 contingenciamento; não tinha cota liberada pela fazenda. Acrescenta que a mesma coisa
241 aconteceu com a SDR. A Presidente Maria Patrícia cita o Zoneamento Econômico Ecológico, o
242 qual tem um financiamento junto ao Banco Mundial. Ele tem vários produtos, sendo um
243 deles a cartografia oficial do Estado, e o segundo é uma contratação que vai ser iniciada
244 provavelmente após o mês de fevereiro, para fazer o zoneamento. A primeira fase dessa
245 contratação é o planejamento - 2 meses de planejamento, uma fase de diagnóstico, outra
246 fase a empresa complementar o diagnóstico e, por fim, a fase de prognósticos. Fala que na
247 reunião de março pode trazer uma apresentação desse contrato. A ideia é de pensar nas
248 regras unindo às questões ambientais, econômicas; resolver os conflitos antes do
249 licenciamento ambiental; orientar onde é melhor investir ou não, etc. Faz um convite aos
250 conselheiros do CRH a participarem das reuniões que ocorrem nessa Câmara Técnica de
251 Planejamento dentro do CONSEMA, que acompanha essa questão. Agradece a todos pelo
252 apoio recebido durante o ano e deseja a um Excelente 2016. A Presidente Maria Patrícia
253 Möllmann encerrada e eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do
254 CRH/RS, lavro esta ata.